



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

LEI N.º 1.494, DE 08 DE JUNHO DE 2010

REGULAMENTA O DISPOSTO NO § 3º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DEFININDO OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido como de pequeno valor os débitos e obrigações judiciais, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, for igual ou inferior a R\$ 3.810,00 (três mil, oitocentos e dez reais).

Parágrafo Primeiro. O pagamento dos débitos judiciais apurados em processos de competência do Poder Judiciário, cujos valores se enquadrem no “caput” deste artigo serão pagos em até 60 (sessenta) dias após a requisição judicial e trânsito em julgado, sem a necessidade de precatório.

Parágrafo Segundo. É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no caput e, em parte, mediante expedição de precatório.

Parágrafo Terceiro. O valor fixado no “caput” será reajustado aplicando-se o índice do salário mínimo nacional, sempre no primeiro dia do mês de maio de cada ano.

Art. 2º Os pagamentos de valores superiores aos limites previstos no “caput” do artigo anterior continuarão a ser requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição da República, aplicando-se os procedimentos estabelecidos na legislação.

Parágrafo único. O credor de importância superior aos montantes previstos no art. 1º desta Lei, poderá optar por receber seu crédito, por meio de RPV, desde que renuncie, expressamente, na forma da lei, junto ao Juízo da Execução, ao valor excedente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná, em 08 de Junho de 2010.

ELCIO LUIZ ZIMMERMANN
Prefeito

Publicado em 09/06/2010
no Jornal “O Presente”.

Edição nº 2858